

Encontro de Extensão, Docência e Iniciação Científica (EEDIC)

A ASSESSORIA JURÍDICA UNIVERSITÁRIA POPULAR COMO INSTRUMENTO DE CONCRETIZAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS CULTURAIS: A EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA JUNTO ÀS COMUNIDADES ISOLADAS DO CAFUNDÓ E DO ESCONDIDO, NO MUNICÍPIO DE CHORÓ-CE

Hiago Paz Moura; Karla do Nascimento Silva; Roberta Laena Costa Jucá

O presente trabalho foi desenvolvido pelos alunos Hiago Paz Moura e Karla do Nascimento Silva, sob orientação da professora Roberta Laena Costa Jucá. A vertente pesquisa objetiva investigar de que modo a atuação da assessoria jurídica universitária popular pode auxiliar na concretização de direitos humanos culturais das comunidades isoladas do Cafundó e do Escondido, localizadas no sertão central do Ceará, no Município de Choró. A pesquisa em andamento é teórica, do tipo bibliográfica, em livros e periódicos sobre o assunto, e documental, em legislação e outros documentos referentes ao tema. Está sendo realizada, ainda, pesquisa de campo com visitação in loco às comunidades do Cafundó e do Escondido, para fins de pesquisa exploratória, observação simples, relato de experiências, entrevistas e aplicação de questionários. A discriminação e o desrespeito a direitos humanos são problemas graves enfrentados por muitas pessoas no Brasil atual. A questão se agrava em meio a grupos minoritários, cuja vulnerabilidade é maior justamente pela discriminação sofrida em razão de características específicas do grupo. Nesse contexto, afigura-se relevante a consolidação de um modelo de acesso à justiça mais abrangente que considere a diversidade cultural dessas minorias. A Assessoria Jurídica Universitária Popular vem mostrando-se como uma possibilidade dessa concepção de acesso à justiça, razão pela qual é o objeto da presente pesquisa, que objetiva apresentar e analisar o trabalho do Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular, vinculado ao Curso de Direito da Faculdade Católica Rainha do Sertão, em Quixadá/CE, junto a estas duas comunidades vulneráveis do município de Choró. A proposta do Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular ? CAJUP Sitiá almeja auxiliar na concretização dos direitos humanos culturais das famílias que formam as comunidades isoladas do Cafundó e do Escondido. Pretende-se, em primeiro lugar, realizar um diagnóstico fiel das 45 (quarenta e cinco) famílias que residem nas comunidades, além de conhecer suas necessidades e demandas, ouvir seus anseios e as características formadoras de sua cultura. O reconhecimento da diversidade é condição essencial para que seja possível a efetivação de direitos humanos na perspectiva multicultural. Apenas com esse enfoque emancipatório e plural se pode vislumbrar o acesso à justiça em consonância com os pilares do Estado Democrático de Direito. É a partir dessa diretriz que o Coletivo de Assessoria Jurídica Universitária Popular ? CAJUP Sitiá pretende continuar a condução da ação extensionista nas comunidades isoladas do Cafundó e do Escondido, de modo a contribuir para a efetivação de direitos humanos culturais e possibilitar o desenvolvimento de habilidades como autonomia, emancipação e espírito comunitário em cada habitante, auxiliando, desse modo, na realização do acesso à justiça em sua mais ampla concepção.

Palavras-chave: Assessoria Jurídica Universitária Popular. Direitos Humanos. Minorias.